

Huguenotes e Tupinambás: a inserção do Protestantismo no Brasil – uma abordagem metodológica e histórica a partir de *Michel De Certeau*

Pesquisador: Marcelo dos Santos Oliveira
Faculdade Teológica Batista de São Paulo
Departamento de graduação em Teologia
Professor mestre em Ciências da Religião
Eixo temático: Teologia e História
Categoria: Mesa redonda

RESUMO

Este artigo propõe-se a apresentar o método historiográfico de Michel de Certeau, com o intuito de demonstrar a sua aplicabilidade como instrumental teórico-analítico da historiografia religiosa. Ele constrói uma crítica à epistemologia da história, através da análise estrutural dos textos, em que enxerga a história como uma operação organizada nos “silêncios”, nos “não-ditos” e influenciada, com vigor, pelo peso das instituições sobre o trabalho do historiador, o que compromete o resultado final do seu trabalho. Para ele há uma marca que é clara em todo o processo de produzir história: a particularidade do lugar de onde fala o historiador e o domínio em que este realiza uma investigação.

Palavras-chaves: Michel de Certeau, história, religiões, operação historiográfica, história das Religiões.

1. INTRODUÇÃO

De uma forma geral, o mérito da produção francesa de estudos históricos corresponde a uma longa tradição. Transcende suas fronteiras, servindo como inspiração e mesmo como modelo para o que de melhor se produz em matéria de investigação histórica em todos os grandes centros, nos países em que se dá importância à história como disciplina acadêmica.¹ Por vezes, a história da historiografia francesa, apesar de ser uma modalidade relativamente recente de estudos, confunde-se com a própria história geral da historiografia. *A exceção está nos estudos historiográficos especializados, sobre os quais já existe uma extensa bibliografia de estudos historiográficos que se debruça não só sobre*

¹ Sobre este tema vale a pena consultar a tese de doutorado de Rogério Forastieri da SILVA. *Historiografia e nova história*, São Paulo: USP, 1999.

autores e suas respectivas obras e determinados períodos históricos como também sobre importantes temas da história da França. (Silva, 1999, p.220)

Dentro da historiografia francesa, destaca-se o período dos *Annales* e mais especificamente a chamada Nova História, considerada por alguns autores a “herdeira dos *Annales*”¹, que operou uma verdadeira revolução na historiografia². Os efeitos dessa revolução podem ser observados nas inúmeras publicações dessa nova concepção de fazer história.

Dentro do grupo de intelectuais reunidos em torno desse período e do periódico que é o seu carro chefe, *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, encontram-se: Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Philippe Ariès, Paul Veyne, além de agregados como Michel Foucault, Michel De Certeau e Claude Lévy-Strauss. Estes nomes, revitalizaram e redirecionaram a ciência histórica e produziram epígonos nos quatro cantos do mundo, revolucionando conceitos de longa duração, curta duração, cultura material, mentalidades, etc.

Dentro do grupo de intelectuais reunidos em torno deste período interessa para este trabalho Michel de Certeau³, um dos componentes da chamada “Terceira Geração” dos *Annales*(Burke, 1997, p.79-107), período difícil de traçar o perfil, uma vez que não houve domínio no grupo como nas gerações anteriores Febvre e Braudel.

Michel de Certeau, pensador Francês, nasceu em Chanbéry, em maio de 1925. Com sólida formação em Filosofia, Letras Clássicas, História e Teologia, é considerado um dos melhores historiadores de seu tempo(Le Goff,1983,p.12). Entre tantas outras atividades, ocupou a cátedra de Antropologia Histórica das Crenças na École des Hautes Études em Ciências Sociais, depois de ensinar durante seis anos na Universidade da Califórnia nos Estados Unidos. Faleceu em 09 de janeiro de 1986 em Paris, de câncer.

A importância de Michel De Certeau para esta pesquisa situa-se na sua crítica à epistemologia da história, através da análise estrutural dos textos, em que enxerga a história como uma operação organizada nos “silêncios”, nos “não ditos” e influenciada, com vigor, pelo peso das instituições sobre o trabalho do historiador, o que compromete o resultado

¹ Esta expressão é encontrada em Guy BOURDÉ & Hervé MARTIN, *As escolas históricas*.

² Ver Peter BURKE, *A escola de analles (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*.

³ Para um estudo mais aprofundado sobre a importância de Certeau para a historiografia ver: Rogério Forastieri da SILVA, *Historiografia e nova história*. Guy BOURDÉ & Hervé MARTIN, *As escolas históricas*. Peter BURKE, *A escola de analles (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Jacque LE GOFF et all, *A história nova*. Luce GIARD, *História de uma pesquisa* in: Michel de CERTEAU, *A invenção do cotidiano*. Roger CHARTIER, *A Beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Roger CHARTIER, *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Rogério Forastieri da SILVA, *História da historiografia*.

final do seu trabalho. Certeau emprega a palavra história no sentido de historiografia, ou seja, ele entende por história “uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e sua relação”(Certeau, 1982, p.109).

Para ele há uma marca que é clara em todo processo de produzir história: a particularidade do lugar de onde fala o historiador e o domínio em que este realiza uma investigação. O gesto de ligar as “idéias” aos lugares é precisamente, um gesto de historiador. Sendo assim, *o trabalho histórico se aplica em mostrar as relações entre os produtos e os lugares de produção*(Certeau, 1982, p.110). A análise dessas premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto.

A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Michel de Certeau em seu texto clássico “A Operação Historiográfica”(Certeau, 1982, p.65-119) propõe entender a história como uma operação¹, ou seja, tentar compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura) (Certeau, 1982, p.66).

Para explicar o termo “operação historiográfica” utiliza-se de uma imagem de Jan Vander Straet, que relata a cena inaugural da conquista e colonização da América, onde o *conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. O que se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso do poder. É a escrita conquistadora*(Certeau, 1982, p.09). O conquistador irá utilizar o novo mundo como uma página em branco, para nela escrever o seu próprio querer. Sendo assim, ele transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção.

Nesta linha de pensamento pode-se fazer um corte entre um sujeito com um querer escrever e um objeto de operação com um corpo escrito, ou a escrever, onde é fabricada a história. Para *Certeau a escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica*. (Certeau, 1982, p.07-10)

O discurso sobre o outro é construído em função da separação entre o saber que contém o discurso e o corpo que o sustenta. A historiografia separa o seu presente de um passado. Neste recorte, ela faz uma filtragem entre o que pode ser dito e o que deve ser esquecido para

¹ Por ser este o texto onde Certeau sistematiza o seu método, optamos por usá-lo nesta análise, mas vale ressaltar que ele discute seu método em trabalhos onde aborda outras áreas, como o cotidiano e a cultura: *A cultura no plural* e *A invenção do cotidiano*. Uma parte deste texto foi publicada em: Jacques LE GOFF & Pierre NORA, *História novos problemas*, p. 18-48.

obter a representação de uma inteligibilidade.

Segundo Certeau, na verdade *a historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado*(Certeau, 1982, p.17). O gesto que simboliza este procedimento é a escrita, uma vez que na sua forma mais elementar, escrever é construir uma frase percorrendo um lugar supostamente em branco. Sobre isto ele diz o seguinte:

Fazer a história remete à escrita. Pouco a pouco ela substitui todos os mitos da antigüidade por uma prática significativa. Como prática (...) não se interessa por uma “verdade” escondida que seria necessário encontrar; ela constitui símbolo pela própria relação entre um espaço novo recortado no tempo e um *modus operandi* que fabrica cenários susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível. Aquilo que é propriamente “fazer história”. (...) A historiografia tem, entretanto, esta particularidade de apreender a invenção escriturária na sua relação com os elementos que ela recebe, de operar onde o dado deve ser transformado em construído, de construir as representações com os materiais passados, de se situar, enfim, nesta fronteira do presente onde simultaneamente é preciso fazer da tradição um passado (excluí-la) sem perder nada dela (explorá-la por intermédio de métodos novos). (Certeau, 1982, p.17-18)

O que existe no atual sistema é uma “indústria historiográfica”. Esta *indústria articula um lugar socioeconômico de produção, as regras científicas de um domínio e a construção de um relato ou texto*(Certeau, 1982, p.10). Em outras palavras, a historiografia está diretamente ligada a um lugar de produção, a uma prática específica e à escrita. *O próprio termo história já sugere uma particular proximidade entre a operação científica e a realidade que ela analisa. (...) Uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise de documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente*(Certeau, 1982,p.32-34).

O que ele procura mostrar é que a operação historiográfica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas, entendendo este termo como a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” operações destinadas à produção de objetos determinados e de uma escrita. (Certeau, 1982, p.66)

O CASO HUGUENOTES X TUPINAMBÁ

Um fidalgo calvinista estabelece uma província francesa em plena colônia portuguesa do Brasil. Para alguns essa é a única lembrança da inserção dos franceses no Brasil no início de sua história.

O interesse dos franceses pelo Brasil, na verdade, começou bem

antes, e nada tinha de religioso. Apenas três anos depois do descobrimento, os primeiros marujos e aventureiros gauleses passaram a freqüentar o litoral brasileiro, especialmente à procura do rentável pau-brasil, de boa aceitação na Europa. Sua madeira, na época fartamente disponível na extensa faixa de mata atlântica que cobria a costa, era usada para tingir tecidos.

Foi montada uma rota de tráfico. Para estabelecer o comércio e obter mão de obra gratuita, os franceses fizeram alianças com os índios, entre eles os tupinambás, inimigos jurados dos portugueses. A divisão proposta pelo Tratado de Tordesilhas, que muito desagradava à França e outras nações européias, começou a ser solenemente ignorada.

O Brasil estava definitivamente em voga na França do século 16. É certo que, até os anos 1815, a entrada de franceses esteve impedida ou, pelo menos, muito limitada. Mas tal proibição não evitou que chegassem marinheiros, religiosos, comandantes ou meros curiosos, que legaram relatos e cartas que correram a pátria deles de ponta a ponta. E tais descrições acabaram por compor um conjunto articulado, em que um relato dialogava com outro, sem existir autoria certa. Acreditava-se que em meio às regiões perdidas da América portuguesa poderia se localizar o Paraíso Terrestre, com sua primavera eterna, seus campos férteis e suas fontes da juventude. No entanto, divulgava-se, também, a idéia de que essa poderia ser uma terra inóspita, habitada por homens estranhos e monstros disformes. E se monstros continuaram existindo, ao menos nos desenhos e nos mapas da época, acabaram associados às práticas de canibalismo e antropofagia, as quais motivaram acaloradas discussões filosófico-religiosas acerca da verdadeira índole dos gentios.

Essa literatura proliferaria nos séculos 16 e 17 com os primeiros viajantes que adentravam, efetivamente, nesse Novo Mundo. A descoberta da América passava a ser considerada o feito mais grandioso da história moderna ocidental, ao mesmo tempo em que o imaginário migrava - entre encantado e assustado - do Oriente misterioso para o Ocidente tropical. Por isso, as narrativas de viagem aliaram realidade com muita invenção e variaram quando se tratava de avaliar os homens, ou sua natureza.

A literatura de viagem deixada pelos franceses acerca do Brasil, mais particularmente sobre as experiências na França Antártica e na França Equinocial, geraria ainda mais polêmica. A partir dos relatos de Jean de Léry, André Thévet, Yves d'Évreux e Claude d'Abbeville, os primeiros franceses a descrever a terra e os homens desse continente, um mundo recente era apresentado e definido a partir da idéia da "diferença" e da curiosidade que surgia de parte a parte. O importante é que, por meio de tais narrativas, a descoberta da colônia passava a se inscrever dentro de uma história propriamente francesa.

Seria, por exemplo, entre os franceses que se desvinculariam

noções como canibalismo e antropofagia. A distinção semântica é crucial, e da discussão do século 16 é que surgirá a exaltação do índio brasileiro, mais evidente no século 18. A diferença é que o termo "canibal" se referia àqueles que se alimentavam de carne humana, enquanto que os "antropófagos", representados pelos índios tupis, eram definidos como os que comiam por vingança. A vingança é que levava à antropofagia e não o contrário, e seria essa uma das grandes novidades da literatura francesa seiscentista.

A França tentou por duas vezes realizar uma implantação colonial no Brasil. O primeiro projeto, a França Antártica, foi empreendido por Nicolas Durand de Villegaignon, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1555. Tal governo não foi, porém, tranquilo, e após uma série de rebeliões o próprio comandante Villegaignon é obrigado a pedir reforços, encomendando um contingente de partidários da fé reformada. Em 1557 desembarcam 14 huguenotes na ilha, sem que os conflitos fossem, porém, contornados. Dentre os religiosos estavam André Thevet, que no futuro próximo se transformaria em cosmógrafo do rei, e Jean de Lery, que legaria o relato mais referenciado sobre os "selvagens brasileiros". A partir dessas e de outras publicações, a colônia portuguesa começaria a ser conhecida como o paraíso terreal - com seu ar temperado tendendo mais ao calor, o sol que se aproximava de Zenith e a terra sempre dadivosa. Não obstante, "suas gentes" eram em tudo opostas às benesses da natureza: praticavam a guerra e possuíam costumes "aberrantes", como a nudez, a poligamia e a antropofagia.

Na França humanista vingaria, pois, a discussão sobre as semelhanças e as dessemelhanças entre os seres humanos. Que os índios eram humanos, não se discutia mais, desde a bula de Paulo III decretada em 1534. No entanto, a medida servia menos para dissipar as dúvidas a respeito do assunto e muito mais para garantir a jurisdição da Igreja sob vasta parcela do Globo. Mas o caso é que "se descobria uma nova humanidade", e a representação dos indígenas brasileiros permaneceria em alta no imaginário francês.

Fato que corrobora tal afirmação é o evento narrado em 1850 pelo estudioso Ferdinand Denis; um viajante que provinha de família ilustrada francesa, e que esteve no Brasil pela primeira vez em 1816, convertendo-se num estudioso do local. Denis reproduz e comenta um documento de 1550/1, que narra os rituais realizados em homenagem e diante do rei Henrique II e de sua esposa, a rainha Catarina de Médicis. Eis aí um dos grandes documentos oitocentistas, muito raro de ser encontrado, e que agora ganha edição bilíngüe, com direito à reprodução de uma ilustração que originalmente acompanhava a obra - *Figure des Bresiliennes* -; considerada a primeira representação de índios brasileiros feita in loco.

Denis é dono de uma extensa bibliografia sobre o Brasil. Contudo,

a mais saborosa é sem dúvida essa pequena obra, publicada numa nova edição brasileira; versão erudita e que inclui notas e traduções explicativas. Uma Festa Brasileira Celebrada em Rouen em 1550 (Usina de Idéias, 236 págs.com prefácio, tradução do tupi e notas de Eduardo de Almeida Navarro) conta a história de uma curiosa comemoração em que os índios brasileiros figuraram como personagens principais. Para receber condignamente o casal reinante, a cidade de Rouen resolveu elaborar uma grande cerimônia. Não só recorreram a repertórios da antiguidade - construindo obeliscos, templos e arcos do triunfo -, como incluíram uma festa típica do Novo Mundo. Na procissão real destacavam-se os ""bravos tupinambás""; bravos nos dois sentidos: ferozes e dignos.

Acredite-se ou não, índios tupinambás vieram à França simular um combate perto do Sena e à frente da nobreza local. Além do mais, misturaram jogos guerreiros com danças solenes e simularam aspectos de sua vida cotidiana caçando, fumando tabaco, assando carnes em grelhas e deitando-se em redes; tudo isso diante da estupefata corte de Henrique II. Esses ""guerreiros indomáveis"" eram, porém, e conforme ironizava Denis, muito ""mais avançados socialmente do que supunham seus anfitriões"".

Sem saber, os franceses é que entravam no jogo daqueles que julgavam dominar e chamavam de ""bárbaros"". Afinal, para dar maior densidade à festa, os 50 indígenas brasileiros foram misturados a mais de 250 figurantes vestidos à ""moda tupinambá"": eram marinheiros normandos e bretões, além de prostitutas selecionadas nas vizinhanças. Os figurantes ganharam o centro da praça: seus corpos brilhavam com tanta pintura de urucu e nos braços traziam macacos, papagaios e bananas tropicais. As damas da corte também compareceram à festa, não vendo ""qualquer mal na nudez ingênua dos brasileiros"".

Essa não seria, inclusive, a única vez que ""os brasileiros"" seriam convidados a participar de festas solenes. Ainda na França, na entrada e Carlos IX em 23 de março de 1564, os selvagens brasileiros estiveram presentes, assim como em Bourdezu, a 9 de abril de 1565, quando 300 homens se apresentaram representando 12 diferentes nações estrangeiras cativas: gregos, turcos, árabes, egípcios, etíopes e, também, selvagens brasileiros.

Ferdinand Denis afirma que Montaigne se apoiou nos diálogos que estabeleceu com alguns índios que se radicaram no continente europeu após a festa de Rouen para desenvolver suas idéias sobre os canibais americanos. Por sinal, esses seriam transformados em modelos de justiça, em tudo opostos aos parâmetros europeus. Em seu famoso ensaio chamado Os Canibais, e datado de 1580, o filósofo, que escrevia tendo como sombra as guerras de religião que assolavam a Europa do século 16, encontrou mais lógica na maneira como os tupinambás realizavam a guerra do que nos hábitos ocidentais. Montaigne usaria na sua reflexão, pois, de

elementos coletados na festa de Rouen; esse teatro imaginário, que assim como os demais relatos seiscentistas misturava em doses semelhantes ficção com realidade.

Os ""selvagens brasileiros"" chamaram atenção dos franceses pela semelhança, mas sobremaneira pela diferença que representavam, e a festa de Rouen prova o fascínio dessas imagens do Novo Mundo. Era a vida guerreira dos indígenas que virava um simulacro da verdade e vice-versa. A alteridade humana sacudia a imaginação de lado a lado, e enquanto os europeus indagavam pela alma dos indígenas e os levavam à Europa para espetáculos e deleite da ""civilização"", já os indígenas afundavam os brancos em lagos com o objetivo de saber se tinham corpo ou não. Como bem revelam os ensaios de Montaigne, menos do que o ""outro"", era a própria Europa que acabava colocada em perspectiva: ""Mas, voltando ao assunto, não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não pratica em sua terra...""

O encontro da América pelos franceses representou, pois, um período de contemplação mútua, uma moeda de duas e muitas faces, com cada um dos povos achando engraçado ou incompreensível o que se praticava pelos outros. Por sinal, a relação da colônia com a França seria constante. Se em 1555 ocorreu a experiência da França Antártica, logo em 1610 os franceses invadiriam novamente o Brasil. Dessa vez entraram em São Luís no Maranhão e realizaram, por breve tempo, o projeto da França Equinocial. O importante é que se ambos os projetos fracassaram, já o índio brasileiro faria parte do novo arcabouço simbólico, reconhecido no ""bom selvagem"" de Rousseau. Quem diria que seriam os tupinambás que acabariam, por caminhos tortos, a alimentar o imaginário da própria Revolução Francesa.

Aí estão os rastros inesperados da famosa Festa de Rouen, tão bem descrita por Ferdinand Denis, e recuperada já na época por filósofos da envergadura de Montaigne. O novo era, porém, novo demais para apontar um derradeiro ponto final. Não por acaso Montaigne, depois de ter feito muitos arrazoados sobre os costumes dos indígenas brasileiros, acaba por desabafar: ""Tudo isso é, em verdade, interessante, mas, que diabo, essa gente não usa calça!"" Até hoje, a literatura especializada discute o famoso desfecho do texto do filósofo, apostando ora na ironia ora na perplexidade, e não seremos nós a desempatar tal contenda. Em vez disso, vale a pena correr para dar uma olhada nesse pequeno porém revelador relato de Denis. No lugar de mulatas e blocos de carnaval foram os indígenas brasileiros que desfilaram na avenida, e fizeram sucesso. O canibalismo desde então virava teatro a representar a nossa identidade nacional: os brasileiros seriam todos tupis, com papagaios e bananas nas mãos.

HISTÓRIA E NARRATIVA

Os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos. A escrita da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa. Chartier sobre isto afirma:

Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus 'personagens', uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade. Essas constatações tornaram-se clássicas pelas obras de Michel de Certeau (Chartier, 2002, p.14).

Por isto mesmo a reflexão de Michel de Certeau sobre o estatuto epistemológico da história como conhecimento verdadeiro, é além de importante, necessária. Reflexão esta que significa para Chartier (1999, p.11-30) *estabelecer as especificidades deste conhecimento, enquanto operações técnicas da história, que não são unicamente a escritura, mas também a relação entre os vestígios, as marcas do passado e as técnicas adequadas para compreendê-las, enfim, o que caracteriza a sua prática.*

O historiador, mesmo que escreva de uma forma literária, não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio e dependência em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são do seu ofício.

A partir disto pode-se dizer que não há uma história única, de um objeto particular, há pluralidade de interpretações e, ao mesmo tempo, critérios de validações.

Não é mais possível pensar o saber histórico instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do "paradigma galileano", matemático e dedutivo. No entanto Chartier ressalta que *se deve sustentar com força que a história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado.* (Chartier, 2002, p.15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, no método de Michel de Certeau pode-se ler duas implicações fundamentais: considerar toda escrita histórica como uma narrativa e pensar o estatuto de verdade do discurso histórico em função

da operação que o produz.(Chartier, 2002,p.157-159).

No caso huguenotes X tupinambá *segundo Fausto*¹: “O Nosso conhecimento dos grupos Tupi-guarani que habitavam a costa brasileira nos dois primeiros séculos da conquista depende de um material razoavelmente extenso, mas sobre tudo variado em sua origem”. Trata-se de crônicas de viajantes e correspondências entre religiosos cujos autores escrevem de posições bastante distintas: há jesuítas Ibéricos como Anchieta e Nóbrega, capuchinhos, franceses como Abville e Évreux, o Huguenote Léry, o colono português (e escravizador de índios) Soares de Souza, o artilheiro Alemão e prisioneiro dos tupinambá Hans Staden, “o amigo de camarões” Pedro de Magalhães Gandavo, entre outros se suas origens e posições são diversas não menos dissimilares são suas experiências na terra com a gente do Brasil: o tipo de envolvimento que tiveram com os índios, quanto tempo aqui permaneceram, para que vieram, o que almejavam, a que serviram.

A despeito de tudo isso, há uma razoável homogeneidade de informações, que nos permite certo grau de segurança na reconstrução dessas sociedades, mas não nos dispensa de uma leitura crítica, feita a partir da situação dos autores.

Segundo Chartier(Chartier, 2002, p.100) neste aspecto o método de Certeau é extremamente válido para a historiografia religiosa:

O que Michel de Certeau convida-nos aqui a pensar é o próprio da compreensão histórica. Em que condições podem-se considerar coerentes, plausíveis, explicativas, as relações instituídas entre, de um lado, os indícios, as séries ou os enunciados construídos pela operação historiográfica e, de outro, a realidade referencial que pretendem “representar” adequadamente? A resposta não é fácil, mas é certo que o historiador tem a tarefa específica de fornecer um conhecimento apropriado, controlado, dessa “população de mortos – personagem, mentalidades, preços” que são seu objeto. Abandonar esta intenção de verdade, talvez desmesurada, mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todos os falsários que, por traírem o conhecimento, ferem a memória. Cabe aos historiadores, fazendo seu ofício, ser vigilantes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHEARNE, Jeremy. *Michel de Certeau: interpretation and its other*. Cambridge,UK:Polity Press, 1995.
- BOURDÉ, Guy., MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. São Paulo:Europa-América,1983.

¹ Fausto, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá

- BRUN, Jacques Le. *Da crítica textual à leitura do texto*. In: Projeto História, São Paulo,(17), 1998, p. 45-54
- BUCHANAN, Ian.(Edit.) *Michel de Certeau-in the plural*. Durham: Duke University, 2001.
- BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo:Unesp,1992.
- _____. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Anales:1929-1984*.São Paulo: Unesp, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Operação Histórica*. In: Le Goff, J.; Nora, P. (Dir.) *História: novos problemas*, 4ª ed, Coleção Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A Cultura no Plural*.2.ed. Campinas: Papirus, 2001.
- CHARTIER, R. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994, p.97-113.
- _____. *Escribir las prácticas: Foucault, de Certeau, Marin*. Buenos Aires: Manantial, 1996.
- _____. *A História cultural entre Práticas e Representações*. São Paulo: Bertrand Brasil,Difel, 1988.
- _____. *A Beira da falésia: a história entre certeza e inquietudes*. Porto Alegre:Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. Entrevista. *Pós-História*, Assis, SP- 1999/7, p. 11-30.
- FALCON, Francisco J. C. - *A Identidade do Historiador*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro - 1996/17, p. 7-30.
- LE GOFF, J. et. All. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LE GOFF, J., NORA, P. *História: novos problemas*. 4 ed, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, J., CHARTIER. R., REVEL, J. *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.
- QUEIROZ, Tereza A. P., IOKOI, Zilda M. G. – *A história do historiador*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 1999.
- REIS, J. Carlos. *Annales: A renovação da história*, Edit. UFOP, 1996.
- _____. Sobre a Identidade Ideológica dos Annales: A Polêmica e Uma Hipótese. *História*, São Paulo, 1996/15, p.111-127.
- REVEL, Jacques. Entrevista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1997/19, p. 121-140.
- SILVA, Rogério F. da. *História da historiografia*. Santa Catarina: Edusc, 2001.
- _____. *Historiografia e nova história* (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1999.